



## **CRESCEI E MULTIPLICAÍ-VOS: O PAPEL DA MULHER NO PROJETO IMIGRATÓRIO (SERRA GAÚCHA - 1890 – 1950)**

Ismael Antônio Vannini<sup>1</sup>

O presente estudo se inscreve no âmbito de uma pesquisa mais ampla que se ocupa com a trajetória de descendentes de imigrantes italianos radicados no Brasil. Em outros trabalhos, tive a oportunidade de analisar um desses grupos, radicado na colônia de imigração italiana de Guaporé RS. Naquela oportunidade, abordaram-se temas relacionados ao comportamento e aos crimes sexuais havidos na comunidade entre os anos 1938 a 1958. Disso decorreu o interesse em conhecer, mais detalhadamente, o vivido feminino da mulher italiana e de suas descendentes na região colonial do Rio Grande do Sul. Assim, o que segue consiste numa revisão bibliográfica, com a intenção de verificar como a historiografia vem trabalhando essa questão.

Cumprê destacar que, nas últimas décadas - sobretudo com a proliferação dos programas de pós-graduação nas Universidades das regiões Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul, onde predominou a imigração européia - o tema da mulher encontrou importante destaque. Portanto, ao organizar o presente estudo, optou-se por fazer uma rápida menção ao processo da imigração italiana e, posteriormente, verificar como a historiografia vem apresentando a participação da mulher nos primeiros sessenta anos da colonização.

A Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (RCI) foi resultado da translação, a partir de 1870, de importante fluxo populacional, principalmente do norte italiano para a área serrana do estado. Naquele momento, os governos brasileiro e italiano convergiam em seus interesses, pois, enquanto a Itália, por motivos diversos, precisava expatriar um grande número de pessoas, o Brasil planejava povoar vastas regiões de terras devolutas. Além disso, existia a necessidade de encontrar substitutos para o trabalho escravo. Neste momento, o modelo escravista definhava e o trabalho assalariado passava a substituir o compulsório. Parte dos italianos foi direcionada para a lavoura do café e parte para promover a pequena propriedade nas províncias do sul do Brasil e assim fazer frente à escassez de alimentos.

A região gaúcha ainda não havia concluído o processo ocupacional. Espanhóis e portugueses lutaram por território nas fronteiras, onde o criatório de gado predominava nos inúmeros latifúndios estancieiros. Tal modelo de organização socioeconômica se estendeu para o planalto, com as vacarias dos pinhais, ultrapassando, a margem norte do rio Uruguai, com o objetivo de ocupar

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela PUC. Docente do Programa de História da UNIPAR - Universidade Paranaense. E-mail: ismael@unipar.br



vazios demográficos. Ainda nas primeiras décadas do século XIX, a região central recebeu imigrantes de língua alemã, que ocuparam os vales do Rio dos Sinos e Jacuí, as terras mais férteis da província.

Depois do estabelecimento dos alemães no atual Estado do RS, restava para povoar com europeus, apenas a Serra Gaúcha. E assim, apesar dessa área estar ocupada por comunidades guaranis e caingangues, o Estado a destinou para um amplo projeto imigracionista. Para implementar esse projeto, a área da região serrana foi retalhada em lotes destinados ao estabelecimento de colônias de imigrantes.

Em meio às terras abundantes e acidentadas, foram criadas as primeiras colônias italianas: Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul; as chamadas colônias velhas da RCI. Nos últimos anos do século XIX, devido ao incremento do projeto da imigração e ao avanço demográfico, novas colônias foram projetadas. Com os novos núcleos, a ocupação ultrapassou o Rio das Antas atingindo as proximidades do planalto brasileiro, na divisa com a atual Santa Catarina. Em meados do século XX, efetivava-se a ocupação das terras destinadas à imigração.

Idealizando o sonho da propriedade da terra na América, os milhares de italianos que se embrenharam nas densas matas virgens do extremo sul do país, desenvolveram um modelo econômico que viabilizou a pequena propriedade policultora. Predominaram lotes de dimensões reduzidas e propriedades retangulares, que não ultrapassavam os mil metros de comprimento por 250 de largura. Apesar de rudimentar nas primeiras décadas, a exploração da propriedade tinha que ser intensa, pois só assim garantiria a sobrevivência do núcleo familiar.

Outros grupos étnicos foram cogitados para ocuparem a região da imigração, mas os italianos eram os preferidos pelas autoridades imperiais e provinciais. O interesse no branqueamento da raça é um motivo destacado por alguns autores, mas, principalmente, por serem europeus e católicos. Assim, em torno do ideal da etnia, originou-se o mito da superioridade do imigrante italiano em relação a outros grupos. Mito cultuado pelas autoridades e até recentemente defendido e identificado por parte da historiografia da imigração.

Católico, trabalhador, obediente, entre outras, eram virtudes inatas dos italianos e ítalo-gaúchos. O clero católico colaborou para a imagem beatificada do colono ascético, visto ter imprescindível participação na vida colonial. Os italianos, que já eram católicos de origem, encontraram na igreja a referência da organização social na nova terra. Em torno das capelas, originaram-se as comunidades e as bases para o desenvolvimento econômico e político. Aliado a isto, ainda estava o fator espiritual. No relativo isolamento das colônias, a religião foi elemento



estabilizador e normatizador do grupo em questão. Desta maneira, desfrutando de grande prestígio, a igreja tornou-se uma referência de poder entre italianos e descendentes e, junto à jurisprudência do Estado, tutelou, sobretudo, os aspectos morais da vida colonial. Somente no processo de secularização das últimas décadas do século XX, poderá se observar o relaxamento do braço religioso.

Em detrimento do prazer e a favor da mortificação do corpo, a doutrina cristã, quanto ao casamento, funda-se em um discurso essencialmente natalista, no qual a sexualidade é reconhecida única e exclusivamente para a procriação. A pregação cristã - praticada na serra gaúcha - teve a oportunidade de implementar sua doutrina no sentido mais ascético. É necessário relativizar a concepção que os italianos tinham em relação à doutrina cristã. No entanto, ter famílias numerosas foi uma estratégia adotada pelos imigrantes, considerando que convergiam interesses mútuos entre os colonos e as autoridades políticas e religiosas.

A combinação de um conjunto de fatores fez da RCI uma sociedade que convergia com os interesses da igreja e do Estado. Para a ocupação rápida e efetiva das encostas do Planalto, o governo provincial via com bons olhos os nascimentos e até bonificava os casais quando havia a chegada de mais um membro familiar. Durante a ocupação, o governo despendia quantias consideráveis em dinheiro quando ocorria o nascimento de filho do casal imigrante. A bonificação do Estado foi mantida até a década de 1960, demonstrando o interesse do governo em povoar a região mediante o subsídio aos nascimentos. Os valores destinados ao subsídio natalista eram consideráveis, pagos até os três anos de vida, davam conta da subsistência dos infantes.

Na confluência de interesses entre a família, o governo e a igreja, o grande número de nascimentos interessava a todos. Os nascimentos estimulados pela política do governo representaram um percentual maior que os imigrados, no que se refere ao projeto de ocupação. Isto é, a ocupação se deu mais pelos nascidos no Brasil do que pelos imigrados do continente europeu. Os muitos filhos que nasciam com a benção do padre, idealizavam a plenitude do casal monogâmico e proliferador, visto que a pequena propriedade policultora dependia da força de trabalho gerada no seio familiar. É neste contexto, que a mulher se insere como agente histórico.

#### *Em nome de deus, casar e ter filhos*

Estruturada na economia familiar, a colonização italiana seguiu um arquétipo dependente da força de trabalho gerada pelo casal monogâmico. Aos moldes cristãos, o matrimônio era a inserção na vida social, na qual deveriam ser mantidos os princípios morais de comportamento sexual. Em



contradição com as práticas européias anteriores à imigração, o matrimônio se realizava cedo e almejava produzir uma família fecunda. Ele ocorria por volta dos 18 a 20 anos para os homens e 16 a 18 para as mulheres.<sup>2</sup> O que otimizava radicalmente a capacidade reprodutiva da mulher.

Os estudos de R. Gelatti nos aproximam do pensamento dessas mulheres acerca da maternidade. Ele nos informa que “se alguém perguntasse a uma senhora: quantos filhos ela desejava? Receberia a resposta tempestiva: quantos Deus quiser. Pois, para ela, ter prole numerosa significava ser saudável e imensamente fértil.”<sup>3</sup> Essa concepção da função feminina, como vem sendo indicado, ia ao encontro do discurso religioso que determinava comportamento sexual rigoroso, que se encerrava na família patriarcal monogâmica.

Ao destacar que, para a mulher imigrante a função primordial do casamento era a prole, os estudos de Gelatti se alinham a grande parte da historiografia que focaliza a família na RCI. Nela se incluem as investigações de Olívio Manfroi para quem “a taxa de natalidade das famílias italianas no RS foi muito elevada. Uma família de 12 filhos era muito comum e, famílias de 18, 19, 20 filhos não eram raras nas colônias italianas do RS. Os exemplos dessas famílias numerosas encontram-se em toda a parte.”<sup>4</sup>

Os registros paroquiais constituem uma fonte extraordinária para a historiografia da imigração. Foi com base nos documentos do clero que Dom José Barea e o frei Rovílio Costa estabeleceram uma relação entre a dimensão das famílias e as necessidades econômicas dos colonos. Nesse sentido, eles associam a recorrência de famílias com 18, 20 ou até 22 filhos com a necessidade de braços para levar adiante o trabalho da unidade econômica familiar. Esse comportamento fecundo estaria expressando, então, uma estratégia demográfica.<sup>5</sup>

Já, para José Carlos Koche, a recorrência de famílias extensas não pode ser tributada apenas a motivação econômica. Ao responder a questão “Por que tantos filhos?” Ele assevera: “Certamente o único motivo não era tão somente pela necessidade de ter mão-de-obra para auxiliar no trabalho. Estava presente, também, a forte orientação religiosa que impregnava a vida dos imigrantes e que eles cumpriam a risca: *sexo é só para fazer filho.*”<sup>6</sup>

Determinado pela filosofia judaico-cristã, o dever de converter os impulsos sexuais em filhos, foi aliado aos interesses e necessidades do núcleo econômico. Mesmo não disposta à

<sup>2</sup> SILVEIRA. *De monte cuco a Vanini*. Casca: Koinonia, 1999. p. 65.

<sup>3</sup> GELATI. *Casca ontem hoje sempre*. Passo Fundo: Padre Berthier, 1985. p. 40.

<sup>4</sup> MANFROI. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grafosul, 1975. p. 89.

<sup>5</sup> BAREA, Dom Jose. COSTA, Rovilio. *A vida espiritual nas colônias italianas*. Porto Alegre: EST, 1995. p.16

<sup>6</sup> KOCHÉ, José Carlos. Nono Brandeli: lembranças e fotos. MAESTRI, Mário (org). *Nós os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre: EDIUEFRGS, 1996. p. 76.



maternidade, repetida ano após ano, e mesmo que conhecesse alguma prática contraceptiva, à mulher era direcionado o apelo proliferador. Um apelo vindo do governo, da sociedade, do padre e, principalmente, da família. Sobre a figura da mulher repousava a missão mais dura do cotidiano colonial. Tanto que, várias obras das novas gerações de historiadores da imigração abordam e destacam a figura feminina.

A mulher imigrante e sua descendência feminina, após a diáspora para a América - apesar de manter-se no ideal da cristandade - teve que assumir e assimilar um compromisso muito adverso daquele vivido na Itália. Ou seja, na colônia, o casamento passou a ser necessariamente precoce e essencialmente próliferador. Essa ruptura dos pioneiros com as práticas familiares do norte da Itália foi apontada por Cleci Favaro. Seus estudos enfatizam a necessidade de irromper com o imaginário coletivo de que a mulher italiana, ao deixar a Europa e se instalar na serra gaúcha, não havia sofrido alterações em seus valores e práticas.<sup>7</sup> Ela mostra, bem como outros historiadores, que a principal alteração na vida da mulher imigrante se manifestou no compromisso familiar da procriação. A carência dos meios de subsistência na qual se encontravam os segmentos camponeses mais pobres italianos, no período da emigração, não lhes permitia um grande número de filhos. Na Itália, comumente o camponês trabalhava as terras como meeiro ou possuía propriedade de pequena extensão. Necessitava reduzir a dimensão da família a essa realidade. Ao contrário do que comumente se crê, em média, os imigrantes italianos que chegaram ao Rio Grande possuíam famílias relativamente pequenas. Loraine Giron aponta que as famílias recém-chegadas contavam com poucos membros - uma média de 2,3 filhos.<sup>8</sup>

Muito logo, essa condição demográfica foi radicalmente invertida, estabelecendo-se verdadeira tendência pró-natalista no seio da comunidade camponesa ítalo-gaúcha. O contexto social e econômico determinou modificações culturais e ideológicas fundamentais, que levaram a uma forte expansão demográfica. “Ao que tudo indica, a mulher era escolhida com tanto cuidado quanto era escolhida a terra. Ambas deveriam produzir riquezas e filhos. Tanto a terra quanto as mulheres deveriam ser férteis e reproduzir as sementes plantadas pelo homem”.<sup>9</sup>

Pesquisador do tema da imigração, João Carlos Tedesco faz sua interpretação do vivido feminino na colônia: “A idéia de subordinação legitimada pela fragilidade física, pela capacidade de dirigir o lar, a pouca importância dada à beleza física, a necessidade de casar e o seu poder afetivo e

---

<sup>7</sup> FAVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas: contradições, ambivalências e violências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 126.

<sup>8</sup> GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do littorio*: Porto Alegre: Parlenda, 1994. p. 32.

<sup>9</sup> GIRON, Loraine Slomp. *Dominação e Subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade*. Porto Alegre: EDIÇÕES EST, 2008. p. 36.



sentimental foram fortalecendo a mística familiar como elemento de progressivo ordenamento da vida social, econômica e religiosa, criando processos de representação definidores do papel da mulher”.<sup>10</sup>

Casar era uma necessidade. A prole, como vimos, era a consequência imediata. O descaso em relação à estética e o desgaste físico ilimitado, em prol do trabalho, eram sinônimos de comprometimento com o bem estar da família. Mais importante ainda, era a proliferação. Assim, observa Tedesco: “A imediata geração de filhos atesta uma outra importância fundamental do corpo feminino no conjunto dos referenciais formadores da unidade familiar do colono”.<sup>11</sup>

### *A mulher na estratégia econômica da família numerosa*

Na economia doméstica colonial, o papel da mulher era de fundamental relevância. É recorrente a historiografia indicar a responsabilidade feminina pelo bom andamento da unidade familiar: cuidava da casa, dos filhos menores e, ajudada pelas filhas, cuidava da alimentação familiar. Porém, as mulheres não ficavam restritas ao trabalho da casa e a atenção aos filhos. Elas acompanhavam o trabalho do homem com os animais e nas plantações, do plantio à colheita.<sup>12</sup> Vistas como secundárias, as tarefas caseiras ficavam sob a responsabilidade das mulheres. Suas funções eram múltiplas, pois assumiam o compromisso com atividades que nunca se extinguíam. Fosse ao trato às criações, às hortas ou às tarefas artesanais, sua influência era estendida ao lado do homem, onde também assumia responsabilidade em todos os trabalhos agrícolas.<sup>13</sup>

Apesar da importância, os afazeres femininos não eram vistos e reconhecidos como essenciais. Primeiramente vinculados a casa, as tarefas da mulher não tinham vínculo direto com os investimentos, com valores materiais ou decisões importantes. Nesse caso, os pesquisadores indicam haver uma clivagem de gênero, pois os negócios da família eram de domínio masculino, salvo algumas exceções, mesmo as matriarcas mais experientes não conseguiam se inserir no mundo dos negócios e das deliberações.

Rovílio Costa e Luiz De Boni ressaltam que a maior carga de trabalho no lote colonial recaiu sobre a mulher, que desempenhava atividades praticamente ininterruptas – agrícolas;

<sup>10</sup> TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: 2001. p. 54

<sup>11</sup> GIRON, Loraine Slomp. *Dominação e Subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade*. Porto Alegre: EDIÇÕES EST, 2008. p. 54

<sup>12</sup> PETRONE, Maria Thereza. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 61.

<sup>13</sup> CARBONI & MAESTRI, Mario. [Org.] *Raízes italianas do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: 2000, p. 25.



domésticas; cuidados com os filhos, etc. Os dois autores destacam ainda que, as mulheres quase não possuíam tempo para o lazer e que muito raramente cabia-lhes o manuseio do dinheiro.<sup>14</sup>

À mulher cabia igualmente um papel essencial e único na economia colonial - o papel de reprodutora biológica da unidade familiar. Em todas essas tarefas, a mulher encontrava-se sob a autoridade indiscutível do marido. Uma consolidada ideologia pró-natalista, de cunho religioso, comunitário e laico, apoiava essa realidade. Ter muitos filhos significava motivo de orgulho para a mulher. Não os ter, verdadeira maldição. No primeiro ano de casada, a mulher devia dar início à prole, e seguir com o maior número possível de nascimentos.<sup>15</sup>

A submissão da mulher nas colônias italianas da serra gaúcha apresenta algumas peculiaridades próprias, devido aos fatores estruturais que a integraram. No entanto, a condição feminina é fruto de uma tradição que perpassa a tradição ocidental de origem judaico-cristã. O velho testamento define a criação da mulher como um ser que é parte do homem, devendo, então, concentrar suas obrigações em criar os filhos e auxiliar o marido. Estas são raízes históricas e filosóficas que não haviam sido superadas pela comunidade imigrante e descendente. “À mulher cabia o papel de mãe, de doméstica e de auxiliar geral.”<sup>16</sup>

Ao usarem o termo “doméstica”, os pesquisadores do tema da imigração revelam a condição do cotidiano feminino na colônia. Responsável por trabalhos apenas secundários, em muitos casos era preterida na hora do nascimento. Como vimos, no contexto econômico da colônia, os filhos homens é que tinham os braços fortes para o trabalho braçal. “O nascimento de uma filha mulher era considerado um ônus para a produção agrícola”.<sup>17</sup>

### *Considerações finais*

Considerando o modelo estrutural predominante na colonização italiana do Rio Grande do Sul, onde se mantiveram altos índices de natalidade até meados do século XIX, a mulher cumpriu uma função estratégica e basilar. E em torno dela, a propriedade familiar fundou suas bases. A economia policultora era acionada com o efetivo de mão-de-obra que as matriarcas conseguiram gerar.

---

<sup>14</sup> COSTA & DE BONI L. Os significados da noção de italianos. MAESTRI. Mario. (Org). *Nós, os italo-gaúchos*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 1996. p. 22.

<sup>15</sup> VANNINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDIUPF, 2004. p. 166.

<sup>16</sup> GIRON, Loraine Slomp. *Dominação e Subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade*. Porto Alegre: EDIÇÕES EST, 2008. p. 34.

<sup>17</sup> GIRON, Loraine Slomp. *Dominação e Subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade*. Porto Alegre: EDIÇÕES EST, 2008. p. 37.



A capitalização da pequena propriedade era sustentada com uma renda mista, integrada pela produção agrícola e doméstica. Enquanto os produtos da agricultura eram de culturas sazonais, a produção doméstica era constante e desprendia trabalho intenso por parte das mulheres. Ponderando sob este aspecto, o encargo feminino absorvia uma carga de tempo e dedicação muito superior ao encargo masculino. Esta é uma realidade muito destacada pela historiografia que se ocupa com a imigração italiana.

O universo feminino da colônia não diferiu dos parâmetros vividos pela mulher camponesa em geral. Desenvolvida a partir das últimas décadas do século XIX, a literatura do tema apresenta, em geral, uma mulher limitada e submissa. Não compartilha das decisões e está relegada a obediência da autoridade masculina. Na região colonial italiana, a condição de tendência cristã ocidental se manteve, sendo seguida a outra característica, ou seja, a mulher colonial convivia com a obrigatoriedade da procriação. De forma que, o governo, o padre e a própria família voltavam os interesses para o ventre da mulher colonial.

### *Bibliografia*

- BAREA, Dom José. COSTA, Rovilio. *A vida espiritual nas colônias italianas*. Porto Alegre: EST, 1995.
- CARBONI, Florence. & MAESTRI, Mario. [Org.] *Raízes italianas do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: 2000.
- COSTA & DE BONI A. Os significados da noção de italianos. MAESTRI, Mario. (Org). *Nós, os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 1996.
- FAVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas: contradições, ambivalências e violências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- GELATI, Roque. *Casca ontem hoje sempre*. Passo Fundo: Padre Berthier, 1985.
- GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do littorio*: Porto Alegre: Parlenda, 1994.
- GIRON, Loraine Slomp. *Dominação e Subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade*. Porto Alegre: EDIÇÕES EST, 2008.
- HANS, Marie-Françoise. *As mulheres e o dinheiro: história de uma conquista*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- KOCHE, José Carlos. Nono Brandeli: lembranças e fotos. MAESTRI, Mário (org). *Nós os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre: EDIUFGRS, 1996.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.
- PETRONE, Maria Thereza. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.





SILVEIRA, Jair. *De monte cuco a Vanini*. Casca: Koinonia, 1999.

TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: 2001.

VANNINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDIUPF, 2004.